

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

***Toolkit para a territorialização das políticas
igualdade***



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Territorialização das políticas de Igualdade

- As Autarquias, por se encontrarem mais próximas da comunidade, desenvolvem práticas de parceria e de trabalho coletivo, constituindo-se como entidades privilegiadas no combate à persistência de desigualdades e discriminações, contribuindo para aumentar a coesão social.





Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

A Implementação da Igualdade de Género a nível local em 6 passos

Início

Análise

Construção

Implementação

Avaliação

Recomeçar o ciclo



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

1. Início do processo

- ✓ Assinar protocolo de cooperação entre a autarquia e a CIG
- ✓ Identificar e nomear a Conselheira Local para a Igualdade e respectiva equipa
- ✓ Identificar as pessoas na autarquia que têm expertise em igualdade de género
- ✓ Identificar potenciais aliados políticos, dirigentes de topo e intermédios, pessoal técnico, pares de outras instituições
- ✓ Mapear as ONG do território e as entidades da rede social local
- ✓ Contactar a Associação Intermunicipal para eventual aliança regional



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

perspetiva de género



O município, através da Conselheira e do Conselho Consultivo para a Igualdade de Género em articulação com a Rede Social Local, promove o desenvolvimento integrado da perspetiva de género e de igualdade de oportunidades nas políticas municipais, como forma de aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens através de diversas medidas.



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

2. Análise

- ✓ Rever a legislação e as políticas existentes a nível internacional e nacional
- ✓ Fazer o diagnóstico interno a partir do balanço social e fazendo uma recolha de dados desagregados por sexo
- ✓ Perceber as tendências de sub-representação de um dos sexos nos departamentos da organização
- ✓ Identificar as medidas já existentes na autarquia que possam concorrer para a promoção da igualdade de género
- ✓ Finalizar o diagnóstico de necessidades que irá dar origem ao Plano Municipal para a Igualdade

ANCORAGEM LEGAL

compromissos assumidos por
Portugal nas várias instâncias
internacionais

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979),
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995)
- Agenda 2030 - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- Carta Social Europeia Revista (Conselho da Europa, 1999).
- A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), que entrou em vigor em 2014



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

ANCORAGEM LEGAL

compromissos nacionais gerais

Constituição da República, tarefas fundamentais do Estado, artº 9º

- Alínea h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

Planos Nacionais:

- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017
- III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

ANCORAGEM LEGAL

compromissos nacionais específicos

Lei 75/2013 de 12 de setembro, regime jurídico das autarquias locais

- artigo 33 sobre competências materiais, diz na alínea q) estabelece que compete à câmara municipal:

Resolução de Conselho de Ministros nº 39/2010, de 25 de Maio,

- sobre nomeação de uma Conselheira Local para a Igualdade, em consonância com o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras Locais para a Igualdade.



Obstáculos

Que dificuldades se podem colocar?

- Demora na resposta às solicitações “inter-departamentais” nas CM
- Incompreensão dos técnicos e dos dirigentes para a pertinência do tema e consequente indiferença e insensibilidade
- Ausência de uma salvaguarda política que reforce a capacidade de ação – o papel dos conselheiros e das conselheiras
- Difícil articulação e cooperação entre todos os parceiros da rede social
- Ausência de retorno financeiro e impacto social só compreensível a longo prazo
- Reduzida dotação orçamental para as questões inerentes ao combate à discriminação e promoção da igualdade



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

3. Construção

Partindo de uma grelha aprovada pela CIG estabelecer:

- ✓ Objectivos
- ✓ Medidas
- ✓ Cronograma
- ✓ Construir o documento



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

4. Implementação

- ✓ Estabelecer a coordenação do Plano para a Igualdade durante a janela temporal da sua execução
- ✓ Motivar a equipa envolvida
- ✓ Realizar acções de formação para a equipa envolvida
- ✓ Divulgar e dar visibilidade ao Plano



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

5. Avaliação

- ✓ Avaliação ex-ante
- ✓ Monitorizar a implementação
- ✓ Avaliação sensível ao contexto
- ✓ Indicadores qualitativos
- ✓ Indicadores quantitativos



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

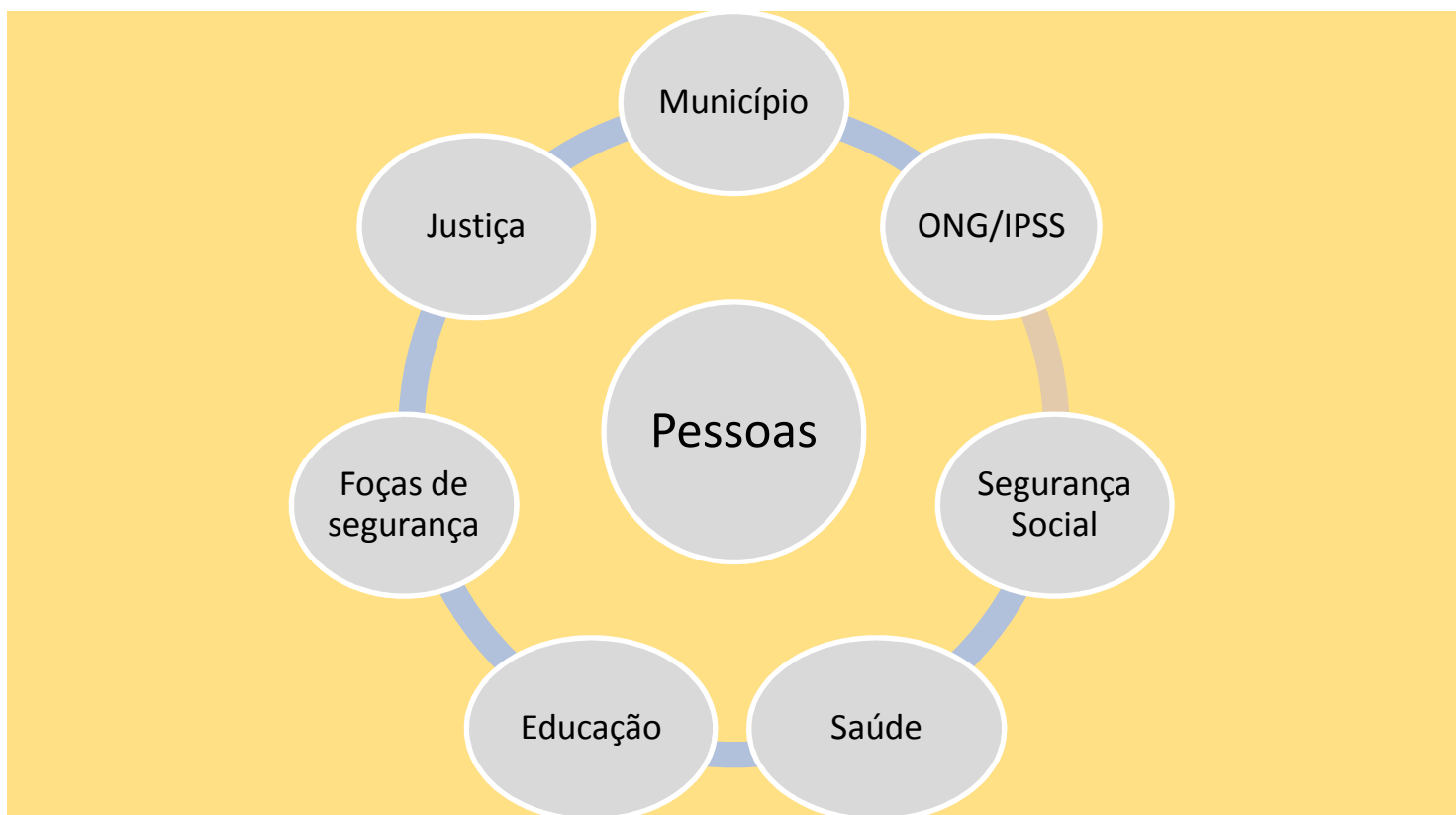
6. Recomeçar o ciclo

- ✓ Recomeçar o ciclo e preparar o Plano seguinte, tendo em conta a experiência do Plano anterior (pontos positivos e negativos)
- ✓ Benchmarking com outras organizações para partilha e disseminação de boas práticas
- ✓ Continuar a recrutar stakeholders
- ✓ Pensar a sustentabilidade das acções



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Modelo de Rede





Muito Obrigado

João Paiva



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/Commission for Citizenship and Gender Equality
Presidência do Conselho de Ministros / Presidency of the Council of Ministers
Coordenador / Coordinator

Núcleo de Cidadania e Igualdade de Género/Citizenship and Gender Equality Department

Av. da República 32, 1º

1050-193 Lisboa

joao.paiva@cig.gov.pt

www.cig.gov.pt

Catálogo online – [Portal CID online](#)